



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

VANESSA DE OLIVEIRA DANTAS

LÍNGUA PADRÃO X ESCOLARIZAÇÃO: O QUE É FALAR CORRETO?

CAJAZEIRAS-PB

2016

VANESSA DE OLIVEIRA DANTAS

LÍNGUA PADRÃO X ESCOLARIZAÇÃO: O QUE É FALAR CORRETO?

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras do Centro de Formação de Professores – UFCG – Campus de Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva.

CAJAZEIRAS-PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

D1921 Dantas, Vanessa de Oliveira
Língua padrão x escolarização: o que é falar correto? / Vanessa
Oliveira Dantas. - Cajazeiras, 2016.
38f.
Bibliografia.

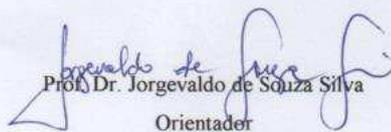
Orientador: Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva.
Monografia (Licenciatura em Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2016.

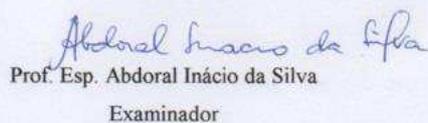
1. Sociolinguística. 2. Língua padrão. 3. Variação linguística. 4.
Linguística - ensino. I. Silva, Jorgevaldo de Souza. II. Universidade Federal
de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

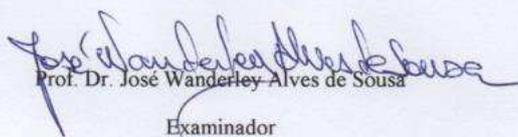
Titulo do Trabalho: **Língua padrão X escolarização: o que é falar correto?**

Aluna: **Vanessa de Oliveira Dantas**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 24 / 05 / 2016 como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa, da UFCG – Centro de Formação de Professores – Unidade Acadêmica de Letras, com a Média Final 9,0 pela seguinte Banca:


Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva
Orientador


Prof. Esp. Abdoral Inácio da Silva
Examinador


Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa
Examinador

Cajazeiras – PB

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir chegar até aqui, me dando saúde, coragem e perseverança para seguir sempre em frente.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram a continuar minha jornada enquanto acadêmica.

Ao meu orientador, o Dr. Jorgevaldo de Souza Silva, pela paciência, sugestões e disponibilidade em me ajudar.

A todos os docentes que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação superior.

Aos colegas de curso, com os quais estreitei laços de amizade e de troca de conhecimentos, em especial a Thamires Almada e Yana Moreno.

E também aos meus amigos, que durante a elaboração desse trabalho, me deram força e entenderam a minha ausência nos diversos encontros, nos quais meu desejo era fazer-me presente e festejar com eles.

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes. (Paulo Freire)

RESUMO

Pelo presente trabalho propomos demonstrar como a sociolinguística contribui na discussão da noção de “certo” ou “errado” a partir dos usos da Língua Portuguesa por pessoas com diferentes graus de escolarização, visto que é bem comum escutarmos tanto pessoas sem instrução escolar falando “errado”, como também pessoas com instrução escolar. Especificamente objetivamos apontar pontos de convergências e divergências entre língua e linguagem; evidenciar a noção de língua padrão vinculada a aspectos históricos da Língua Portuguesa; discutir a questão da variação linguística, do preconceito relacionando-o a abordagens teóricas e lógicas na escola. Optamos trabalhar com a pesquisa bibliográfica, de acordo com o que propõe Marconi & Lakatos (2001). As bases teóricas que assumimos se fundamentaram em Bagno (2007), Antunes (2009), Neves (2011), Martelotta (2012), Garcia e Nascimento (1981) entre outros. Concluimos que o reconhecimento da variação linguística é apenas o primeiro passo para uma mudança no ensino de Língua Portuguesa, possibilitando aos discentes um contato direto com todas as modalidades e permitindo que os mesmos escolham a modalidade que melhor se adapte a situação que esteja vivenciando.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Padrão. Variação Linguística. Competência Comunicativa. Ensino de Língua Portuguesa

ABSTRACT

By this work we demonstrate how sociolinguistics contributes to the discussion of the notion of "right" or "wrong" from the use of the Portuguese Language by people with varying degrees of education, since it is very common to hear both people without schooling talking "wrong", as well as people with schooling. Specifically we aim point points of convergence and divergence between language and language; highlight the default language notion linked to historical aspects of the Portuguese Language; discuss the issue of linguistic variation, prejudice relating to the theoretical and logical approaches in school. We chose to work with the bibliographical research, in which we seek input to govern us by the rules of ABNT in the book *Methodology of Scientific Work* Marconi & Lakatos and the theoretical foundation we based the authors Marcos Bagno (2007), Antunes (2009), Neves (2011), Martelotta (2012), Garcia and Nascimento (1981), among others. The recognition of linguistic variation is only the first step towards a change in the teaching of Portuguese Language, enabling student's direct contact with all types and allowing them to choose the mode that best suits the situation you are experiencing.

KEYWORDS: Standard Language. Linguistic Variation. Communicative Competence. Portuguese Language Teaching.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
2 LÍNGUA E LINGUAGEM = CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS	12
2.1 NOÇÃO DE LÍNGUA PADRÃO.....	14
3 LÍNGUA PORTUGUESA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	16
3.1 Breve apanhado da história da Língua Portuguesa no Brasil.....	20
3.2 Distinção entre competência linguística e competência comunicativa.....	21
3.3 A variação linguística em sala de aula x a conduta equivocada do professor	24
3.4 O papel da escola para formação de um falante mais proficiente	26
3.5 A variação linguística e o livro didático	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

Como podemos desmitificar a questão do que é considerado “certo” ou “errado” na língua portuguesa, fazendo relação com pessoas sem e com instrução escolar?

Desde o início do curso de letras quando começamos a conhecer a linguística, vimos que a língua não é como um produto pronto e acabado, pois, está em permanente mudança e sempre evoluindo. Vimos também que cada indivíduo possui uma gramática internalizada de acordo com a sua língua nativa. Diante deste fato, faz-se necessário avaliar a intenção comunicativa do falante a depender do tempo, componentes de grupo com integrantes em posições sociais diferentes, localização geográfica, entre outros, adequando a linguagem a cada circunstância.

Nosso objetivo geral foi demonstrar como a sociolinguística contribui na discussão da noção de “certo” ou “errado” a partir do grau de escolarização do falante, visto que é bem comum escutarmos tanto pessoas sem instrução escolar falando “errado”, como também pessoas com instrução escolar. Para tanto, especificamente buscamos: apresentar a noção de língua padrão; discutir o papel da escola na formação do falante mais proficiente; e abordar o “erro” sob a perspectiva da variação linguística.

Optamos trabalhar com a pesquisa bibliográfica, de acordo com o que propõe Marconi & Lakatos (2010) em que qualificam a pesquisa bibliográfica como aquela amparada na forma escrita pelos livros, revistas, monografias, teses, material cartográfico, etc, e também pela forma oral, através do rádio, gravações em fitas magnéticas e audiovisuais, filmes e televisão.

Para nossa fundamentação teórica tomamos como base os autores Marcos Bagno (2007), Antunes (2009), Neves (2011), Martelotta (2012), Garcia e Nascimento (1981), entre outros, a fim de demonstrar que por uma série de motivos elencados em todo o aparato teórico, que as pessoas com instrução escolar também falam e escrevem errado, assim como pessoas que não possuem instrução escolar.

Para o Capítulo 2, escolhemos discorrer sobre a diferenciação entre língua e linguagem com suas convergências e divergências, ressaltando que ambas são interdependentes, ou seja, não existem isoladamente.

No capítulo 3, explanamos um pouco sobre a noção de língua padrão e relembramos a história do português brasileiro, fazendo um breve apanhado, partindo desde o período que o Brasil ainda era uma colônia de Portugal até os dias atuais. Sequenciamos comentamos a respeito da variação linguística existente no nosso português, que tem como um dos seus inúmeros fatores a grande miscigenação entre os povos que aqui chegaram. Além disso, enfocamos sobre os acordos realizados pelos “mais altos escalões da sociedade” para determinar o que é “certo” e “errado” no uso da Língua Portuguesa, como também sobre os diversos modos de expressão de um termo a depender de cada contexto. Neste capítulo fizemos subdivisões a fim de abordar questionamentos como a distinção entre competência linguística e competência comunicativa, a conduta do professor em relação à presença da variação na sala de aula e o papel da escola para formação de um falante mais proficiente; Finalizamos apresentando um questionário para a análise do livro didático de Língua Portuguesa, amparados em Bagno (2007), almejando que a variação linguística seja tratada com mais ênfase, em seus usos reais do cotidiano.

2 LÍNGUA E LINGUAGEM = CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

O fato de a maioria das pessoas pensar em *língua* e *linguagem* como sendo a mesma coisa sempre existiu e se arrasta gerando confusão até os dias de hoje, mas, são elementos bem diferentes, como veremos norteados nos autores a seguir.

A língua para Carvalho e Nascimento (1981, p. 9-10) é a linguagem particularmente usada por um povo, podendo ser *viva*, servir como instrumento diário de comunicação entre os componentes de uma nação; *morta*, quando apesar de registrada em documentos escritos, mas apesar disso não ser mais falada, e por fim a *extinta*, que é aquela língua que desapareceu sem deixar memória documental.

Os estudiosos mencionados acima ressaltam que a linguagem no sentido amplo é todo sistema de sinais que pode servir para comunicação entre os indivíduos. Constitui o objeto da linguística que se restringe à linguagem humana articulada, ou seja, um sistema natural de palavras, do qual a humanidade se serve para comunicar suas ideias e pensamentos.

Martelotta (2012) adverte que o termo linguagem apresenta sentidos múltiplos, referindo-se a qualquer processo comunicativo. Já as línguas naturais são definidas como sistemas de signos vocais, ou seja, instrumentos que permitem a comunicação entre os elementos de uma dada sociedade.

É certo que o diferencial entre o homem e os demais animais é o domínio da linguagem, o que possibilita a interação entre os indivíduos. À linguagem atribui-se a troca de informações entre as variadas culturas e formas de pensamentos, podendo ocorrer através da fala e da escrita, como também, através de imagens, gestos, danças e expressões faciais. No entanto, para que ocorra a comunicação através da linguagem verbal (oral/ escrita) existe uma condição indispensável, a utilização de um conjunto de signos, que nada mais é do que a Língua.

Somente à língua compete à característica de ser local, ou seja, é o idioma utilizado por determinado povo para a realização da comunicação. Assim sendo, essa língua apenas será compreendida pelos seus nativos ou pelas

peças que a aprendam. Pelo que podemos perceber, à linguagem aliada a língua são o alicerce do processo comunicativo, podendo ser utilizado pela mesma pessoa de formas diferentes a depender da situacionalidade.

Na verdade, a língua que falamos deixa ver de onde somos. De certa forma, ela nos apresenta aos outros. Mostra a que grupo pertencemos. É uma espécie de atestado de nossas identidades. Revelamo-nos pela fala. Começamos a dizer-nos por ela. Simplesmente pela forma, pelos sons, pela entonação, pelo jeito com que falamos. Antes mesmo pelas coisas que dizemos. As ideias, se dizem de nós, só vêm depois do que já disseram nosso sotaque, nossas entonações, nossas escolhas lexicais e opções sintáticas (ANTUNES, 2009, p. 23-24).

Antunes (2009) ajuda-nos a aclarar nuances sobre a questão de como a língua é concebida hodiernamente. A mesma acentua que à língua ainda é tratada por muitos, como um conjunto potencial de signos, desligada dos usos, focando a palavra e a frase isolada, esgotando-se em nomenclaturas, análises gramaticais e estruturas. Partindo dessa lógica, de nada serviriam os propósitos comunicativos e a situacionalidade, componentes extremamente necessários para a escolha dos enunciados. Esse quadro somente tem um rumo diferente após o surgimento de ciências como a linguística, abrindo espaço para novas percepções.

Com efeito, a compreensão do fenômeno linguístico como atividade, como um dos *fazer*s do homem, puxou os estudos da língua para a consideração das intenções sociocomunicativas que põem os interlocutores em interação; acendeu, além disso, o interesse pelos efeitos de sentido que os interlocutores pretendam conseguir com as palavras em suas atividades de interlocução; trouxe para a cena dos estudos mais relevantes o discurso e o texto, desdobrados nas suas relações com os sujeitos atuantes, com as práticas sociais e com as diferentes propriedades que asseguram seu estatuto de macrounidade da interação verbal (ANTUNES, 2009, p. 20).

É bem verdade, que à língua carrega fortes traços do passado, todavia, está propensa a modificações, sejam elas, pela necessidade do menor esforço, pelo desuso de algumas palavras, surgimento de novos vocábulos ou por qualquer outro fator, o que proporciona a constante metamorfose da mesma. Concordamos com Antunes (2009, p. 23) quando ela explicita que linguagem, língua e cultura são realidades indissociáveis, entretanto muitos dos elementos da nossa língua são estigmatizados ao serem utilizados, pois são classificados

como “erros”, tornando a língua “feia” e defeituosa segundo a visão de quem os veem assim. Como observaremos no capítulo 3 desse trabalho.

2.1 NOÇÃO DE LÍNGUA PADRÃO

A noção de língua padrão ou uso da Gramática Tradicional se assim desejarem designar, utilizada nos dias de hoje, define-se por três fatores distintos: a origem, as características e os problemas da Gramática Normativa.

Para darmos início tomamos como base o livro *Português ou Brasileiro* do autor Marcos Bagno (2001), percorrendo por todo o processo de construção e identificação da Língua Portuguesa.

Segundo Bagno (2001) os estudiosos da grande literatura clássica da Grécia estavam fortemente preocupados em preservar à uniformidade da língua grega, que naquele tempo já estava bastante distinta da língua utilizada pelos grandes nomes de escritores do passado. Dessa forma, a fim de manter tal uniformidade, os filólogos decidiram delinear as regras gramaticais utilizadas pelos grandes autores clássicos, para que a partir dali elas se tornassem um molde a todos que se habilitassem a escrever obras literárias naquele idioma. Surge então, a gramática, termo grego que significa “a arte de escrever”, recebendo atualmente a designação de Gramática Tradicional.

O autor enfatiza como um dos problemas que, ao voltar-se exclusivamente para à língua escrita, a Gramática Tradicional excluiu toda a língua falada, esquecendo que as línguas sempre foram mais faladas do que escritas. Como prova disso ele cita os milhões de pessoas em pleno o século XXI, que vivem todo um ciclo em um determinado lugar e morrem sem saber ler e escrever, todavia, sabem perfeitamente falar a sua língua materna.

Também enfoca Bagno (IDEM) que o fato da Gramática Tradicional deixar de preocupar-se apenas com a língua escrita literária, para ocupar-se também em reger as leis que medissem como uma régua os usos orais ou escritos de uma língua, transformando-se em ferramenta de posse e domínio de uma pequena parcela da sociedade sobre os demais membros. Assim, foi

criando-se as regras, noções e preconceitos sobre o que é ou não língua, que influencia desde o início até os dias atuais.

Além dos problemas apresentados até aqui, verificamos que de acordo com Bagno (IBIDEM), a Gramática Tradicional apresenta também os chamados problemas internos, como as regras, definições e conceitos incoerentes, confusos e contraditórios, o que a configura como instrumento defeituoso para explicar até mesmo a escrita literária, ou seja, não possui bases científicas lineares.

3 LÍNGUA PORTUGUESA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Iniciamos esta seção, discorrendo sobre as mudanças históricas ocorridas na língua portuguesa. Para tanto, ancoramo-nos no que trazem Carvalho e Nascimento na Gramática Histórica (1981), na qual enfatizam que em se tratando de variação é necessária primeiramente a abordagem da questão das alterações fonéticas sofridas pelas palavras durante a evolução de uma língua para a outra, ao que chamamos de metaplasmos, já ressaltando que tais alterações não conferem mudança de sentido a essas palavras. Analisando a Língua Portuguesa, verifica-se que tem sua origem principalmente no Latim.

Esses Metaplasmos são divididos em quatro categorias: por aumento; por supressão; por transposição; e por transformação.

- ✓ Metaplasmos por aumento- acréscimo do fonema pode ocorrer tanto no início, como no meio ou no final da palavra.

Ex: spiritu > espírito/ stella > estrela/ ante > ante

- ✓ Metaplasmos por supressão – diminuição de um fonema da palavra na escrita ou na fala podendo ocorrer no início, no meio e no fim da palavra, como também pela fusão de duas vogais.

Ex: acume > gume/ legale > leal/ mare > mar

- ✓ Metaplasmos por transposição- esse tipo de metaplasmo ocorre de forma diferente dos dois citados anteriormente, caracteriza-se pelo deslocamento de um fonema já existente ou até mesmo de um acento tônico da palavra.

Ex: semper > sempre/ primariu > primario > primeiro/ pantânu > pântano

- ✓ Metaplasmo por transformação- essa modalidade de metaplasmo é um pouco mais complexa, pois compreende uma variedade de transformações, tais como: vocalização, consonantização, nasalização, desnasalização, assimilação, dissimilação, sonorização ou abrandamento, palatização, assibilação, ditongação, monotongação ou redução, apofonia e por fim metafonía.

Ex: nocte > noite/ Iesus > Jesus/ bonu > bom/ luna > lua

No entanto, ainda permanece um questionamento. O que é a variação? O pesquisador Bagno (2007) nos esclarece que a variação e a mudança

linguísticas são o “estado natural” das línguas. Ou seja, a língua é falada por seres humanos que vivem em sociedades, sendo estes seres humanos e estas sociedades, espontaneamente heterogêneos, diversificados, instáveis e sujeitos a conflitos e a transformações independentemente do lugar ou da época, ocorrendo em todos os níveis da língua.

Esta variação pode ser tanto interna como externa à língua. No tocante à variação interna compreende a variação fonético-fonológica, variação morfológica, sintática, semântica, lexical e a variação estilístico-pragmática. Já à variação externa compete às variações de origem geográfica, status socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho e das redes sociais. A questão é que pelo caráter heterogêneo da língua, a gramática não dar conta de todas as ocorrências existentes, dando origem ao preconceito como veremos a seguir.

Reavivamos o que diz Bagno (2011) sobre o “mito” nº 4 (As pessoas sem instrução falam tudo errado), em que mostra que de acordo com a crença existente até ali, a língua portuguesa considerada “correta” é a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários. Não podendo então, escapar desse triângulo escola-gramática-dicionário, pois caso isso aconteça, será considerada incorreta, feia, estropiada, rudimentar e taxada de deficiente, vista muitas vezes, como não sendo português.

Até bem pouco tempo a Língua Portuguesa era vista como uma língua homogênea, ou seja, apresentando uma unidade mesmo com os apontamentos das variações regionais, sociais, entre outras existentes, que marcam significativamente a pluralização de falares que ocorrem em todo território brasileiro.

Bagno (2001) nos ajuda a reforçar essa teoria ao focar que toda e qualquer língua, em qualquer momento histórico e em qualquer lugar do mundo, nunca é uma coisa compacta e uniforme. O autor lembra ainda que a principal característica das línguas humanas é a heterogeneidade.

Outro fator bem marcante é a diversidade de línguas com as quais o povo brasileiro conviveu dentro de um mesmo território, proporcionando assim, o surgimento de tantos novos dialetos, como até mesmo de novas línguas, contribuindo para a formação do português brasileiro.

De acordo com Bagno (2011, p. 147), faz-se necessário, que se reavalie a noção de “erro”, visto que há muito tempo existe um equívoco, que confunde língua em geral, com a escrita, o que leva a se rotular uma grande porcentagem como erro de português, quando se trata na verdade de desvios da ortografia oficial. Além disso, ele destaca também que a ortografia oficial é fruto de um gesto político, determinada por decreto, ou seja, resultado de negociações e pressões de ordem geopolítica, econômica e ideológica.

Analisando por esse ponto de vista, temos que levar em consideração, como destaca o autor, que todo e qualquer falante nativo de uma dada língua, é um falante plenamente competente dessa língua, diferenciando intuitivamente a gramaticalidade da agramaticalidade de um enunciado, observando se o enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua.

A autora Antunes (2007, p.87-88), comunga da mesma linha de raciocínio de Bagno, quando explicita:

Sabemos que todos somos cultos ou temos cultura, como defende a antropologia, no sentido de que criamos, ao longo da história, nossas formas de vida, nossas representações e manifestações simbólicas, presentes nas mais triviais atividades ligadas ao uso da linguagem falada e escrita. É salutar, portanto, que estejamos atentos ao risco de restringir o uso do termo *culto* àqueles itens vinculados aos grupos sociais mais favorecidos.

As camadas dialetais existentes no Brasil são mais de cunho sociocultural do que geográficas. Essas variações podem ocorrer, por exemplo, entre duas pessoas que moram em uma mesma cidade. Se analisarmos desse ponto de vista, verificamos que há uma série de falares na língua portuguesa brasileira, a variar desde a língua falada por pessoas cultas (que perpassa tanto pela utilização mais formal, como também no cotidiano), passando pela língua popular das classes urbanas, categorias essas formadas por pessoas menos instruídas, até a língua regional e rural, com falares específicos.

Diante do exposto, temos que entender que toda língua muda e sofre variações, que a língua de ontem considerada como “erro”, pode ser a que usamos hoje, assim como o que é considerado “erro” hoje, pode tornar-se “certo” no futuro da língua. Que, na eliminação da noção de erro, ao que diz

respeito à língua, o que se tem que fazer, é analisar uma série de fatores como o lugar, a situação e o contexto, encontrando o equilíbrio entre a adequação e aceitabilidade.

Vá passear, Seu Jeca. Muita coisa que hoje esta senhora condena vai ser lei um dia. Foi você quem inventou o Você em vez de Tu e só isso quanto não vale? Estamos livres da complicação antiga do Tuturututu. (LOBATO, p.107)

Bagno (2007) observa que os falantes mudam a língua o tempo todo, mesmo que de forma inconsciente e imperceptível. Essas alterações ocorrem para torná-la mais oportuna para o processo comunicativo, visto que, a língua não existe sozinha, solta no espaço, como uma entidade mítica, são os falantes, em sociedade, que mudam a língua.

Bagno (2003) afirma também que depois de algum tempo dedicado aos estudos sobre preconceito linguístico na sociedade brasileira, chegou à conclusão que o preconceito linguístico não existe. O que realmente existe segundo as considerações do autor é o preconceito social. Ele pondera ainda que se discriminar alguém pela raça, opção sexual, índice de pobreza, deficiência física, entre outros, já é considerado “publicamente inaceitável” e “politicamente incorreto”, discriminar o modo de falar de uma pessoa é algo que ocorre com “naturalidade”, com acusações como falar tudo errado, atropelar a gramática ou não saber português sendo proferidas por pessoas de todos os espectros ideológicos. O autor destaca que nós somos mais que meros “usuários” da língua, pois, a relação que temos com a linguagem, é muito mais profunda e complexa do que um simples “uso”.

A língua é concreta, mas se pensarmos a língua como um plano abstrato e o uso da mesma pelos seus falantes como um plano concreto, veremos que o que importa realmente, é a realização da comunicação. O problema é que enxergamos a língua como algo que não nos pertence, algo exterior a nós e tratamos logo de rotular como certo ou “errado”, vários enunciados que escutamos rotineiramente.

O conceito de “erro” existente nos dias atuais é bastante relativo, pois, mesmo os que ditam como “erro” alguns usos da língua portuguesa, aplicam cotidianamente e com bastante naturalidade tais usos. Desta forma, Bagno e

(2003, p. 27- 29), objetiva mostrar que quando o “erro” já se tornou uma regra na língua falada pelos cidadãos mais letrados, ele passa despercebido, sem provocar estranhamento, tomado apenas como mero descuido, apesar de ir de encontro às regras gramaticais normativas.

Segundo o autor o “erro” aparece frequentemente em discursos de falantes de várias esferas profissionais com instrução escolar mais elevada, porém, é identificado com mais evidência quando utilizado por pessoas do campo, operários, ou seja, pessoas de regiões desprestigiadas e sem instrução escolar elevada, deixando de ser um mero descuido para ser agora um “erro crasso”, o que comprova mais uma vez, que realmente está em cheque não a língua do falante puramente, mas sim, a própria pessoa e seu contexto social.

Bagno (2003) adverte-nos, ainda, que em se tratando de língua, só se pode qualificar como “erro”, o que por ventura vier a comprometer a comunicação entre os interlocutores. O mesmo salienta também que na língua nada ocorre por acaso e que tudo tem uma explicação. As pessoas não falam “errado” por serem burras ou preguiçosas, elas apenas empregam regras gramaticais diferentes. Todo esse aparato deve ser levado em consideração também pelos professores, que muitas vezes corrigem o aluno de forma inadequada ou até mesmo nem corrigem, deixam passar despercebido como se não tivesse importância alguma. No capítulo a seguir procuramos elencar como se comportar com esse fator.

3.1 Breve apanhado da história da Língua Portuguesa no Brasil

O Brasil foi tomado como posse por Portugal no ano de 1500, à colonização portuguesa iniciou-se somente 32 anos mais tarde, com a atribuição das quinze capitanias hereditárias.

Nesse período de iniciação da colonização, o Brasil era povoado por índios, chegando também um pouco mais tarde os negros, utilizados como mão de obra escrava. Desses três povos (portugueses, índios e negros) constituíram-se as bases da população brasileira, além também do espanhóis e holandeses, porém, sobressaiu-se a cultura portuguesa.

Segundo aponta Teyssier na HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (1980), o período do qual estamos tratando a situação linguística do Brasil resume-se da seguinte forma: Os “colonos” de origem portuguesa falam o português europeu, com traços específicos, acentuados com o passar do tempo. Já as populações de origem indígena, africana e mestiça aprendem o português, porém de forma imperfeita.

Paralelo ao português existia o tupi, considerado como *língua geral*, mas, simplificado, gramaticalizado e tornado em uma língua comum pelos jesuítas. Na segunda metade do século XVIII a língua geral foi suplantada, resultado da imposição do uso obrigatório da língua portuguesa.

É um tanto complexo explicar as particularidades do português no Brasil, pois houve contatos com uma grande diversidade de línguas dentro do mesmo território, dando origem a vários dialetos e muitas outras formas de falares.

Teyssier (1980) afirma ainda que a questão da língua no Brasil, não é apenas controvérsia dos gramáticos, na realidade trata-se de um problema nacional, que merece ser tratado como algo com a mais alta importância.

O fato de o Brasil ter sido um país colonizado levou à crença da impossibilidade do mesmo ser tratado como uma nação original, que possuísse sua própria literatura e cultura. Apesar de muito, termos herdado das influências de outros países, seja em relação à língua ou à cultura, podemos afirmar que o Brasil conseguiu impor-se e determinar sua própria identidade, proporcionando uma cultura bastante variada e uma língua rica em dialetos.

3.2 Distinção entre competência linguística e competência comunicativa

Para falar de competência é inerente que aludamos os teóricos Ferdinand de Saussure e Noam Chomsky. O primeiro, com a intenção de investigar as línguas e as linguagens criou as dicotomias (divisões em dois), explicando cada uma dessas e suas especificidades. Dentre tais dicotomias, está a diferenciação entre *língua* e *fala*.

Percebemos então, que a linguagem foi dividida em dois polos: a língua e a fala. Sendo a língua utilizada como elemento de comunicação, portanto,

um fato social, comum a todos os elementos de uma sociedade. Já a fala sendo um fato individual, em que cada indivíduo imprime sua maneira própria de exprimir os enunciados. Reavivando que ambas são interligadas e uma não existe sem a outra.

Um pouco mais tarde o também linguista Noam Chomsky prosseguiu tal estudo, porém, fez algumas alterações e propôs a dicotomia entre competência e desempenho as quais discutiremos a seguir. Apoiamo-nos inicialmente em Martelotta (2012, p.133-134), que nos ajudará a notar como a língua funciona.

A competência linguística não é a mesma coisa que o comportamento linguístico do indivíduo, aquelas frases que de fato uma pessoa pronuncia quando usa a língua. Esse uso concreto da língua denomina-se desempenho linguístico (também conhecido por performance ou, ainda, atuação) e envolve diversos tipos de habilidade que não são linguísticas, como atenção, memória, emoção, nível de estresse, conhecimento de mundo, etc. Imagine que você desejava pronunciar a frase “Vou tentar a sorte”, mas enrolou a língua e acabou dizendo “Vou tentar a torte”. Ora, o que aconteceu foi apenas um erro de execução, com a preservação do segmento /t/ no início da palavra “sorte”, o que não significa que seu conhecimento sobre o português tenha sido abalado. O que ocorreu não foi um problema de conhecimento, mas de uso, de desempenho, de performance da língua.

Como observamos na citação acima, estamos tratando aqui de duas coisas bem diferentes, visto que, chamamos de *competência* a capacidade de comunicação utilizando um conjunto de regras entre os indivíduos por meio da língua. E de *desempenho*, o comportamento ou escolhas linguísticas na concretização da fala.

No entanto, assim como aponta Bortoni-Ricardo (2004), toda e qualquer sentença que escape às regras da língua-padrão é vista como “errada” pelos gramáticos normativos, sem levar em consideração as diferenças entre a linguagem utilizada no meio rural, que recebe o nome de rurbano, e da linguagem monitorada do contínuo urbano.

Muitos foram os estudos e reformulações sobre as dicotomias, conforme nos mostra Bortoni-Ricardo (IDEM). Entre os estudiosos que se propuseram a investigar o assunto estava Hymes, bastante descontente com o vago conceito de *competência linguística*, pois acreditava não abranger suficientemente as questões da variação da língua. O mesmo resolveu então propor um novo conceito, ao que tratou de chamar de *competência comunicativa*. Com a

competência comunicativa, ampliaram-se os horizontes, passando a compreender para além das regras que guiam a formação das sentenças, abrangendo também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala.

A *competência comunicativa* de Hymes, nada mais é que adequação de saber o que falar por parte do falante e o modo como falar com qualquer tipo de interlocutor e em qualquer situação. Essa noção de adequação vai sendo adquirida pelos indivíduos de acordo com as diversas experiências de ações sociais realizadas desde o contexto familiar até as novas esferas de influências sociais mútuas, passando a acatar os preceitos exigidos e monitorados pela gramática.

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação. Os usos da língua são práticas sociais e muitas delas são extremamente especializadas, isto é, exigem vocabulário específico e formações sintáticas que estão abonadas nas gramáticas normativas (BORTONI, 2004, p. 75).

Já compreendemos então, que todo falante nativo de uma dada língua tem internalizado em sua mente a sua língua, sendo extremamente competente na mesma. A partir daí, esse usuário da língua necessita desenvolver seu vocabulário baseado nas modalidades e situações diversificadas que vivenciar. Em várias dessas vivências faz-se necessário o emprego de usos especializados, muitas vezes dependentes de recursos comunicativos e das práticas sociais de letramento.

Levando em conta o fato de que as pessoas já chegam à instituição escolar, dominando a sua língua nativa, conclui-se que a escola tem papel fundamental no processo de desenvolvimento e crescimento desses indivíduos, pois, é responsável por viabilizar a expansão da competência comunicativa desses alunos. É na escola, que esses falantes encontrarão o arcabouço necessário para obterem os recursos comunicativos, garantindo um bom desempenho nas várias situações linguísticas que se depararem.

3.3 A variação linguística em sala de aula x a conduta equivocada do professor

A princípio lembramos que um dos problemas ainda enfrentados pela escola é a equivocada afirmação de que os alunos não sabem a Língua materna. Diante disso, não é nada raro nos depararmos hoje, com situações embaraçosas na sala de aula, entre o professor e alunos. O professor, porque corrige a todo custo os alunos que por ventura se afastam da norma avaliada como culta e os alunos porque já levam consigo além da gramática internalizada, uma carga cultural e social que influenciam nos comportamentos.

Oliveira (2010) salienta que mesmo não conseguindo impedir as mudanças e variações linguísticas, os patrulheiros gramaticais causam um mal terrível à autoestima dos estudantes quando afirmam que eles não sabem português, que não falam português, que matam a língua portuguesa, que despetalam a *flor do Lácio* (última língua originada do Latim Vulgar falado no Lácio) e coisas semelhantes. O estudioso assevera que o professor tem o papel de discutir essa questão com seus alunos para ajudá-los a se conscientizar de que diferentes situações de interação social demandam diferentes formas de realização linguística.

Vejamos a opinião de Luft sobre o ensino tradicional da língua materna na obra *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna* (2008) nas citações abaixo:

O pressuposto de que o aluno *não sabe a língua*, de certa forma se justifica parcialmente numa fase inicial: é normal que chegando à escola a criança *não saiba ler nem escrever*. Portanto, deve ser alfabetizada e aprender a língua em letras [...] No entanto alfabetizado o aluno, persiste a convicção de que ele não sabe a língua, pois ainda não escreve sem erros, na ortografia vigente, com todos os acentos, vírgulas e pontos (LUFT, 2008, p.43).

E ainda:

O falante, exposto a modelos de um novo nível, um ou outro dialeto, um ou outro conjunto de variantes, exercita-se e cresce linguisticamente, ao natural, sem necessidade alguma de enunciar ou decorar regras que apenas o confundem e tornam esse processo ineficaz, frustrante (LUFT, 2008, p. 53).

Bortoni-Ricardo (2004, p.38) traz alguns padrões principais na conduta do professor utilizados de forma equivocada diante da efetivação do uso de uma regra não-padrão pelos alunos:

- O professor identifica “erros de leitura” isto é, erros na decodificação do material do material que está sendo lido, mas não faz distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura, tratando-os todos da mesma forma;
- O professor não percebe uso de regras não-padrão. Isto se dá por duas razões: ou o professor não está atento ou o professor não identifica naquela regra uma transgressão porque ele próprio a tem em seu repertório. A regra é, pois, “invisível” para ele;
- O professor percebe o uso de regras não-padrão e prefere não intervir para não constranger o aluno;
- O professor percebe o uso de regras não padrão, não intervém, e apresenta, logo em seguida, o modelo da variante padrão.

Na realidade é bem recorrente que o professor corrija principalmente os desvios da norma padrão, na modalidade escrita, deixando passar despercebido a leitura e a oralidade do cotidiano. Como mostrado acima, são vários os fatores que contribuem para isso. Agindo dessa forma o professor perde a oportunidade de mostrar aos alunos o que é a variação linguística, como ela ocorre e como adequá-la a cada momento.

Todas as variedades da língua são valores positivos. Não será negando-as, perseguindo-as, humilhando quem as usa, que se fará um trabalho produtivo no ensino. Nem se mudarão em nada esses usos de níveis culturalmente inferiores, como alguns equivocadamente pensam. Cada falante fala como sabe e consegue falar, não como ele ou outros desejariam que falasse. (LUFT, 2008, p. 69)

Luft (2008) assinala que, aprender uma língua não é complicado assim como prega o ensino tradicional, se considerarmos que todo ser humano já nasce com a propensão para a linguagem. Não estamos falando aqui de idioma, e sim da linguagem como um fato natural comum a todo e qualquer ser humano. O desenvolvimento dessa linguagem é influenciado pelo meio no qual o indivíduo está inserido, de forma que esse falante adquirirá cada vez mais um aumento em seu vocabulário, tornando seu repertório linguístico mais rico, adequando-o da melhor forma a cada situação.

O professor deveria saber diagnosticar com precisão a natureza linguística das interferências, bem como as técnicas adequadas para

prevenir e corrigir. Ingenuamente impor regras de Gramática, perseguir os erros do aluno, num amadorismo esforçado, até esfalfante, mas improdutivo, é inconcebível no fim deste Século das Ciências. (LUFT, 2008, p. 69)

Os PCN ponderam que:

a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (PCN, 2001, p. 32)

São esses fatores que o professor necessita reconhecer, para que comece a traçar um ponto de partida para saber como se comportar perante a existência da variação linguística na sala de aula.

3.4 O papel da escola para formação de um falante mais proficiente

Sabemos que a língua não é estática, dispõe de características como a mutabilidade e o emprego a partir de um contexto que envolve diversos fatores. Assim sendo, o mais provável é que nos deparemos com uma vastidão de falares na concretização dessa língua. Partindo desse pressuposto da heterogeneidade, indaga-se qual o papel da escola para formação de um falante mais proficiente, sem deixar, é claro, as normas de lado, mas abrindo espaço também para as variedades linguísticas e culturais presentes no nosso cotidiano.

Não se trata simplesmente, como deve ficar bem claro, de “aceitar” a variedade linguística estigmatizada falada pelos alunos e ficar só nisso – essa é uma acusação ridícula dirigida aos linguistas por aqueles que não conseguem ou não querem ler com devida atenção as coisas que nós escrevemos. A função da escola é, em todo e qualquer campo do conhecimento, levar a pessoa a conhecer e dominar *coisas que ela não sabe e*, no caso específico da língua, conhecer e dominar, antes de mais nada, *a leitura e a escrita e*, junto com elas, outras variedades de língua, outros registros. (BAGNO, 1999, p.33)

Ainda são muitas as dificuldades encontradas no ensino de Língua Portuguesa nas escolas, pois, mesmo com todo empenho e demonstrações por parte dos linguistas, à escola não acata a língua falada, ou seja, a linguagem em funcionamento no nosso dia a dia é esquecida e muitas vezes não é bem quista.

Simões (2006) chama a atenção para a necessidade de se levar em conta a contextualização dos usos tidos como “defeituosos”, para não desaprová-los precocemente, encontrando-os algum tempo depois em textos literários. A autora indica que os docentes orientem os alunos desde cedo para que realizem as diferenciações entre língua falada e língua escrita; analisem a variação dos usos linguísticos; a necessidade de adequação de registros; reavaliem o modelo alfabético-ortográfico de grafia; a não-correspondência entre fonemas e letras; a natureza convencional da língua – sobretudo na língua; e o esquema paradigmático para dedução de formas etc.

Cabe à escola a partir de agora instigar os alunos a pensarem na mudança da língua de forma diferente, de modo que, ao se depararem com um texto antigo, por exemplo, não julgarem algumas palavras como “erradas” e sim como termos já utilizados anteriormente, mas que sofreram transformações. Achamos pertinente trazer aqui a opinião de Antunes (2009) para ilustrar essa questão:

A escola, nesse particular, pode assumir o papel de explicitar esse conflito orientando os alunos a perceber a existência das línguas como algo feito e, ao mesmo tempo, fazendo-se. *A identidade de cada língua é apenas alguma coisa em viagem*; sem que o padrão

anterior seja melhor ou mais puro que o atual. Simplesmente, os dois lados fazem parte da original e sempre inacabada constituição das línguas. (ANTUNES, 2009, p. 30)

Se partir da escola o olhar para a língua, como um objeto em contínuo processo de construção, provavelmente isto influenciará na concepção dos alunos, que passarão também a superar conceitos ultrapassados como dizer que a Língua Portuguesa é mais difícil que as demais línguas ou que são incapazes de aprendê-la.

Em contrapartida, é muito importante que haja um engajamento de toda a comunidade. Essa participação deve ocorrer desde a família, passando pela escola, até chegar aos governantes, proporcionando assim um crescimento eficaz para os alunos de instituições públicas, visto que saber ler, escrever, se expressar adequando-se às situações e ser um sujeito crítico pode e deve ser bens disponibilizados a todos, sem diferenciação de classe social.

Antunes (2009, p.43) (sic) afirma que o professor de línguas tem que estimular o senso crítico dos alunos, “forçando” a análise e a reflexão através das atividades propostas, de modo a instigar a curiosidade, a pesquisa e a vontade de descobrir coisas novas para os discentes. Essas atitudes desestabilizariam muitos paradigmas das questões linguísticas vigentes até os dias atuais.

A autora dá do ponto de vista linguístico, algumas sugestões para o ensino de línguas que poderiam proporcionar uma constituição mais eficaz para formação não somente de escritores, como também, de falantes mais proficientes:

- Fomentando a conscientização do *grande significado da linguagem* para a construção de sentidos de todas as coisas;
- Centrando-se na exploração dos *usos da língua* – em todos: nos usos informais e nos usos formais, de diferentes gêneros, dialetos, - de modo que o aluno possa partilhar do mundo da produção, da circulação e da análise da cultura, com destaque é claro para a arte literária;
- Incentivando *toda forma de interação* – oral e escrita – como recurso de atuação competente do sujeito nas comunidades (família, trabalho escola, lazer) em que está inserido;
- Fomentando a prática da *observação*, da *análise*, do *questionamento*, da *reflexão crítica* com a convicção de que conhecer é um processo em constante desenvolvimento e de que não existe um saber pronto, acabado, inalterável;

- Estimulando o desenvolvimento de um *saber geral*, de uma *competência lexical*, pela ampliação do repertório de informações e da capacidade do usuário para criar, recriar, ressignificar e incorporar novas palavras;
- Explicitando as *intuições linguísticas* já sedimentadas ou ampliando as concepções acerca dos fenômenos específicos aos usos da língua;
- Favorecendo a discursão sobre os *mitos* que se impuseram sobre as línguas em geral, sobre a língua portuguesa e sua trajetória histórica nas muitas terras que Portugal colonizou;
- Acatando e valorizando a *pluralidade linguística* que se manifesta nos mais variados falares nacionais, abominando, assim, todo e qualquer resquício de discriminação ou preconceito por este ou aquele modo de falar.

Acreditamos que a escola é o espaço ideal para dar conta de todas as modalidades, propiciando aos alunos o contato direto com essas formas e os direcionando sobre as escolhas adequadas para cada momento. Mais uma vez reiteramos aqui que nosso objetivo não é deixar a norma padrão de lado, mas agregá-la a um ensino diferenciado que venha a capacitar os discentes, tornando-os proficientes para qualquer circunstância, seja na fala ou na escrita. Sobre isso Neves (2011, p.95) acrescenta:

Trata-se, afinal, de um reconhecimento do caráter social do uso linguístico. Fica implicado que a variação está a serviço da linguagem, e que, por isso mesmo, a língua-padrão, como qualquer modalidade, não pode ser ignorada, e, além disso, por suas especificidades e funções sociais, tem de ser cultivada nas instâncias apropriadas.

À luz dos PCN (1998) (sic) relacionamos algumas propostas de atividades que venham a intensificar o contato com a questão das variações linguísticas.

- transcrição de textos orais, gravados em vídeo ou cassete, para permitir identificação dos recursos linguísticos próprios da fala;
- edição de textos orais para apresentação, em gênero da modalidade escrita, para permitir que o aluno possa perceber algumas das diferenças entre a fala e a escrita;
- análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes, analisando depoimentos, filmes, peças de teatro, novelas televisivas, música popular, romances e poemas; levantamento das marcas de variação linguística ligadas a gênero, gerações, grupos profissionais, classe social e área de conhecimento, por meio da comparação de textos que tratem de um mesmo assunto para públicos com características diferentes:

* elaboração de textos procurando incorporar na redação traços da linguagem de grupos específicos;

- * estudo de textos em função da área de conhecimento, identificando jargões próprios da atividade em análise;
 - * comparação de textos sobre o mesmo tema veiculados em diferentes publicações (por exemplo, uma matéria sobre meio ambiente para uma revista de divulgação científica e outra para o suplemento infantil);
 - * comparação entre textos sobre o mesmo tema, produzidos em épocas diferentes;
 - * comparação de duas traduções de um mesmo texto original, analisando as escolhas estilísticas feitas pelos tradutores;
 - * comparação entre um texto original e uma versão adaptada do mesmo texto, analisando as mudanças produzidas;
 - * comparação de textos de um mesmo autor, produzido em condições diferentes (um artigo para uma revista acadêmica e outro para uma revista de vulgarização científica);
- análise de fatos de variação presentes nos textos dos alunos;
 - análise e discussão de textos de publicidade ou de imprensa que veiculem qualquer tipo de preconceito linguístico;
 - análise comparativa entre registro da fala ou de escrita e os preceitos normativos estabelecidos pela gramática tradicional.

Partindo dessa análise o professor encaminhará os discentes a diferenciar os usos próprios da fala dos da escrita. Dessa forma, eles entenderão que as variedades linguísticas pertencem a nossa língua e que as utilizamos o tempo inteiro no nosso falar cotidiano.

3.5 A variação linguística e o livro didático

Conforme já ressaltamos no capítulo variação linguística e preconceito, a principal característica das línguas humanas é a heterogeneidade, e elas estão sempre em caráter evolutivo, dados que podemos analisar a partir da sociolinguística, ciência que estuda a língua falada no nosso contexto social, de forma que, um indivíduo ao ingressar na escola, já carrega consigo, internalizada, a língua que aprendeu em seu convívio social com os falantes de sua comunidade. Esse aluno corre grande risco de sofrer algum tipo de

preconceito em relação ao seu falar. A escola precisa atentar se está realmente preparada para combater o preconceito, impedindo que o mesmo dissemine em seu ambiente a discriminação linguística.

A Língua Portuguesa é um produto de linguagem e carrega dentro de si uma história de acumulação/redução de significados sociais e culturais. Entretanto, na atualização da língua, há uma variedade de códigos e subcódigos internalizados por situações extra-verbais que terminam por se manifestar nas interações verbais estabelecidas (PCN, 1998, p. 18).

O professor de Língua Portuguesa deve observar as diferenças advindas da diversidade dos usos linguísticos, existentes na oralidade e na escrita, pois, somente assim constatará que a oralidade é, e sempre será referência para a realização da escrita. Com este conhecimento, este profissional poderá facilitar o aprendizado do aluno, pois, a compreensão de ser a fala um ato espontâneo e a escrita um habilidade adquirida na escola partirá dele mesmo.

Os PCN (2000), apontam que para resolver os problemas do ensino de Língua Portuguesa é necessário diagnosticar o que o aluno sabe e o que não sabe, tendo como base a comunicação, com a finalidade de aquisição de um saber linguístico mais amplo. Tal comunicação compreende o processo de construção de significados, realizado por um sujeito que utiliza a língua como ferramenta para sua interação. “A língua compreendida como linguagem que “constrói” e “destrói” significados”.

A interação é o que faz com que a linguagem seja comunicativa. Esse princípio anula qualquer pressuposto que tenta referendar o estudo de uma língua isolada do ato interlocutivo. Semelhante distorção é responsável pelas dificuldades dos alunos em compreender estaticamente a gramática da língua que falam no cotidiano. (PCN, 2000, p.18)

O indivíduo constrói perfis que o norteiam no processo de interação e ao longo do tempo vai transformando e aperfeiçoando-os, de modo, a saber, qual desses perfis se encaixa melhor para cada situação.

As ações escolares são arquitetadas na forma de textos que não “comunicam” ou são interpretados de forma diferente entre educadores e educandos. Há estereótipos educacionais complexos e difíceis de serem rompidos, como no caso do ensino das classificações apriorísticas de termos gramaticais. Nada contra

ensiná-las. O problema está em como ensiná-las, em razão do ato comunicativo. A gramática extrapola em muito o conjunto de frases justapostas deslocadas do texto. O texto é único como enunciado, mas múltiplo enquanto possibilidade aberta de atribuição de significados, devendo, portanto, ser objeto também único de análise/síntese (PCN, 2000, pp.18-19).

Bagno (2001) abona que ensinar a norma-padrão é algo independente das aulas de gramática tradicionais, da decoreba de nomenclaturas técnicas e de conceitos incompletos ou que possam ser facilmente derrubados, o que leva a um “aprendizado” inútil e de coisas totalmente irrelevantes.

Para ser um bom usuário dos recursos da língua, o aluno tem de ser posto em contato permanentemente e intenso com textos falados e escritos de onde ele possa depreender esses recursos. É uma inutilidade (e uma crueldade) desperdiçar milhares de horas de aula para ensinar coisas que os alunos já sabem usar, simplesmente para que eles aprendam os nomes que a GT dá a essas coisas. Basta a gente ver, por exemplo, com que eficiência todo e qualquer falante do português – incluindo as criancinhas em idade pré-escolar e os adultos totalmente analfabetos – usam os possessivos (BAGNO,2001, p.59).

A função do professor de Língua Portuguesa vai para além de ensinar regras e formas. A este profissional compete a capacitação dos alunos, para decodificar sentidos desde textos mais simples bem como os mais eruditos, como textos de outras épocas, por exemplo, as cantigas do Trovadorismo, repletas de palavras já não mais utilizadas ou que até mesmo mudaram de sentido. Se esses alunos não desenvolverem a decodificação para a partir dela, conseguirem interpretar os textos, provavelmente enfrentarão muita dificuldade ao se depararem com escritos com um maior número de palavras, que não estão diretamente ligadas a norma padrão do seu vernáculo.

É imprescindível que o professor esteja atualizado e conheça as características respectivas a cada variedade, visto que estas são de vários tipos, (padrão, literária, culta, contemporânea, oral, escrita) para que possa desencadear um melhor processo do ensino-aprendizagem.

No Brasil existe um programa denominado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este surgiu a partir do decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985 com a função de avaliar, indicar, comprar e distribuir gratuitamente livros didáticos para as escolas públicas. Somente em 1995 o PNLD é reestruturado

e um ano depois se inicia o processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos inscritos para a utilização no ano vindouro. Este decreto foi instituído pelo governo estimulando a procura pela qualidade dessa ferramenta didática, porém, os livros que não se enquadram às propostas oficiais sugeridas pelo Ministério da Educação não são incluídos ao sistema de distribuição das escolas públicas.

Pois bem, muito se debate hoje em dia sobre a utilização do livro didático, o que se deve ao espaço que o mesmo ganhou nos últimos anos. Assim sendo, nós discutiremos neste trabalho como a variação linguística é tratada nesse objeto de estudo.

Bagno (2007) pondera que o tratamento da variação linguística nos livros didáticos ainda é visto como um problema, pois, apesar de alguns autores tentarem combater o preconceito linguístico valorizando a multiplicidade linguística do português brasileiro, a falta de uma base teórica consistente, juntamente com a confusão existente no emprego de termos e conceitos, lesam bastante as obras que giram em torno dos fenômenos relacionados à variação e a mudança.

Um dos principais problemas que encontramos nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência à suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais “correto” mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação (BAGNO, 2007, p. 120).

Nota-se então, que os livros didáticos embora abordem a variação linguística, fazem-na erroneamente. Pois, a concepção existente é a de que somente os falantes urbanos e escolarizados falam de forma “correta”, quando na realidade todos os usuários da Língua Portuguesa se utilizam de vários recursos que venham a tornar a realização da fala com o menor esforço possível, propiciando uma interação mais rápida e mais dinâmica sem que se perca o sentido.

Bagno (2007) revela três questões constantes levantadas pelas professoras de português. São elas: o que fazer com o ensino de gramática? Como tratar a variação linguística em sala de aula? Como abordar as relações entre língua falada e língua escrita? Ele apresenta como possível caminho para

resolver estes questionamentos a necessidade de se ensinar a Língua Portuguesa fundamentada no domínio ágil e competente da leitura e da escrita, agregando também a reflexão sobre seu funcionamento e das regras que a compõe para que assim funcione, amparando-se a partir das necessidades reais. Tomando a pesquisa como fonte transformadora, tornando os alunos em sujeitos mais reflexivos, investigadores críticos, conscientes dos fenômenos gramaticais, das variações e das mudanças que ocorrem nessa língua.

Através da pesquisa, é possível começar a encarar a variação e a mudança das línguas não como um “problema”, mas como um elemento constitutivo da própria natureza das línguas humanas, que mudam ao longo do tempo exatamente como todos os demais elementos da cultura da sociedade (BAGNO, 2007, p. 195, grifo do autor).

Bagno (IDEM) alerta que não se trata de uma tentativa de substituir formas tidas como “erradas” pela suposta forma “certa”, mas de mostrar que a língua é variável, que apresenta diferentes formas para expressar a mesma coisa e que cada pessoa imprime sua própria forma de falar ao realizar a enunciação.

Diante das leituras realizadas verificamos que as gramáticas normativas baseiam-se para descrever e exemplificar a língua escrita em obras literárias de autores renomados da antiguidade, sem levar em consideração que essa modalidade é apenas uma das muitas variações existentes na língua escrita. Já no que diz respeito à língua falada, essa nunca foi um objeto de preocupação dos gramáticos normativos, sendo deixada sempre de lado.

Bagno (2007) sugere que para desfazer a confusão que gira em torno da Língua Portuguesa, que os gramáticos normativos apontam haver somente uma forma “correta” de falar e de escrever, a realização de um confronto entre o padrão ideal e o uso real. Para tanto se deve constituir inicialmente um corpus, tanto da língua falada como da língua escrita para que os alunos possam extrair dados para responder questionamentos como: Vamos ver se é assim mesmo que as coisas acontecem no dia a dia da língua? Será que as explicações das gramáticas normativas correspondem ao uso real da língua pelos brasileiros? Em seguida deve ser realizada a coleta de dados e as

ocorrências do fenômeno em questão nos gêneros textuais e a partir de então explicar a variação ou a mudança.

Em relação à análise para a escolha do Livro Didático a ser utilizado para o ensino de Língua Portuguesa, em que contemple adequadamente os fenômenos da variação e da mudança, o estudioso Bagno(2007) propõe um questionário de dez perguntas que poderão ser bastante úteis aos professores para realizar essa seleção. A saber:

- O livro didático trata da variação linguística?
- O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?
- O tratamento se limita às variedades rurais/e ou regionais?
- O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?
- O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com uma variedade real da língua?
- O tratamento da variação no livro didático fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?
- O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?
- O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?
- O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?
- O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão?

Sabemos que devemos percorrer um longo caminho para que a língua seja avaliada a partir dos usos reais, pois muito há ainda o que mudar. Mas sabemos também, que o tratamento da variação linguística realizada de modo mais abrangente e mais adequado já é um grande passo para que os usuários da Língua Portuguesa brasileira a vejam assim como ela é, plural, diversificada, heterogênea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o questionamento que fizemos no início desse estudo, sobre como podemos desmitificar o que é considerado “certo” ou “errado” na língua portuguesa fazendo um comparativo dos falares de pessoas sem instrução escolar com os falares de pessoas com instrução escolar, constatamos que o ensino de Língua Portuguesa ainda tem um longo caminho para percorrer até desprender-se dessa visão limitadora, imposta pelas gramáticas normativas.

A língua deve ser pensada como algo que faz parte de nós. Apesar de se tratar de um conjunto de signos convencionado pelos povos, ela é a ferramenta da qual fazemos uso para efetivar o processo da comunicação e da interação, processo esse mediado pela linguagem empregada, que é característica exclusiva do ser humano.

Como já vimos no decorrer desse trabalho, a Gramática Tradicional surgiu na Grécia a fim de manter a uniformidade na língua grega. No entanto, vimos também que as línguas possuem heterogeneidade, principalmente a Língua Portuguesa falada no Brasil, levando em consideração o surgimento nas raízes do Latim, passando pelas múltiplas influências advindas das diversas línguas que aqui estiveram presente, até chegar assim como estar nos dias atuais, evoluindo sempre, pois não é estática e muda conforme as necessidades de seus usuários.

Já a questão do que é considerado “certo” ou “errado” na Língua Portuguesa depende do ponto de vista que analisamos os enunciados. O Problema é que o ensino tradicionalista considera a gramática normativa como o único meio para a efetivação da língua, seja ela falada ou escrita. Deste modo, enfrentam-se muitos preconceitos em relação a esse assunto. Um deles é o preconceito linguístico, que ocorre todos os dias, estigmatizando os usos do cotidiano.

Observa-se que as escolas ainda estão presas no ensino tradicionalista, arraigadas numa visão de que para ensinar Língua Portuguesa é inerente o uso da gramática, das regras por si mesmas, do uso do texto tão somente para análises morfológicas, lexicais ou sintáticas, deixando de trabalhar as múltiplas significações que o texto pode proporcionar, permitindo assim, que os alunos

possam desvendar o que venha estar nas entrelinhas, agregando uma visão mais crítica às informações, seja esse texto de cunho oral ou escrito.

Apesar dos avanços alcançados pela Linguística, ainda existe muita ocorrência do preconceito linguístico. O pior de tudo é que esse preconceito ocorre também dentro do espaço escolar, local que deveria apresentar um ambiente mais harmônico para essas variações. Deixar de pronunciar o /R/ final das palavras, por exemplo, não é uma questão de não saber a língua, tampouco característica excepcional de falantes de áreas rurais ou de pessoas não escolarizadas, muito menos ainda, de moradores de determinadas regiões ou de classes sociais mais baixas. Nós, enquanto usuários efetivos da nossa língua, procuramos a todo instante adaptar as palavras ao imediatismo da nossa fala.

Acreditamos que a devida inserção do tratamento da variação linguística nos livros didáticos juntamente ao engajamento dos professores de ensino de Língua Portuguesa será a ponte para a mudança desse tradicionalismo excludente, começando a evitar a recorrência do preconceito linguístico, tanto dentro como fora da escola.

Diante de tudo visto até aqui, verificamos que as diferenças entre os falares é algo que não fere a normalidade da língua, pois, antes de ser escrita a língua é na grande maioria das vezes falada, é tanto, que muitas línguas do mundo ainda são ágrafas e nem por isso deixam de ser línguas.

Frisamos mais uma vez que todo esse processo de estigmatização nada mais é que fruto de escolhas realizadas a partir da realização de falares de um pequeno grupo, em que os gramáticos tentam descrever a língua.

Assim sendo, a Gramática Normativa passa a não dar conta de todas as palavras do nosso vocabulário, pois não leva em consideração a grande diversidade de falares existente no Português brasileiro. Dessa forma gera-se o preconceito tachando como “erro” alguns usos das variedades populares.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **A norma Oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. Marcos. **Português ou brasileiro?** : um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CARVALHO, Dolores Garcia: NASCIMENTO, Manoel. Gramática histórica. 13 ed. São Paulo:1981.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos / In: Marconi, M. A. In Atlas, São Paulo, 2001.

LOBATO, Monteiro. **Emília no País da gramática**. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/cantinho/infantil/38/Estorias_miniweb/lobato/Emilia_No_Pais_Da_Gramatica.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**: por uma nova concepção da língua materna. São Paulo: Ática, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola, 2010.

SEF/MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: SEF/MEC, 1998

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: SEF/MEC, 1998

PCN. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006

SOARES, J.B. ; SOUZA, W.O. **Memorial do PNLD: Elaboração, natureza e funcionalidade**. Disponível em:<<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT23/ARTIGO%20-pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

TEYSSIER, Paul. História da língua portuguesa. Tradução por: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1997. Versão brasileira. Original em francês.